

# COMPROMISSO ÉTICO E POLÍTICO DA PSICOLOGIA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

MATTOS, Gabriel Gonçalves

e-mail: gabriel\_220885@hotmail.com

Acadêmico do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências da Saúde de Garça - FASU – GARÇA/SP.

BERVIQUE, Profª Dra. Janete de Aguirre

e-mail:

Orientadora, docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências da Saúde de Garça/FASU.

## RESUMO

Este trabalho possui o objetivo de abordar as implicações éticas e políticas da Psicologia enquanto ciência e profissão na sociedade. O estudo buscou refletir sobre a Ética através dos tempos e como essa se configura na sociedade contemporânea, de modo a explicitar alguns fatos e situações em que a Psicologia, por vezes, se torna displicente em relação ao seu compromisso social, compactuando com a dominação das classes subalternas, assim como, a banalização de seus métodos e de sua categoria profissional.

Palavras chave: compromisso ético; compromisso político; compromisso social.

Tema Central: Psicologia

## ABSTRACT

This work has the aim to treat the ethic and political implications of Psychology while science and profession in the society. The study looked for reflecting about the ethic through the times and how this configure itself in the nowadays society, the manner to explicit some facts and situations in that psychology, sometimes, become negligent in relation to social engagement dealing with domination of subaltern classes, as well, the banalization of their methods and of the professional category.

Keywords: ethical engagement, political engagement, social engagement.

Central theme: Psychology

## 1. INTRODUÇÃO

A palavra Ética vem sendo utilizada como um adjetivo de conduta, no que se refere a uma postura boa ou correta nas relações interpessoais. Conforme Ferreira (2000), a Ética é um ramo da Filosofia que estuda os valores morais e os princípios ideais da conduta humana. De acordo com Figueiredo (1996), “*Ethos*”, em seu



sentido etimológico, corresponde à morada ou habitação; para ele, a Ética engloba todas as considerações acerca das metas das ações humanas, não se restringindo, apenas, ao relacionamento interpessoal, mas com os animais, plantas, água e a natureza como um todo.

Podemos encontrar diferentes definições, tanto através dos tempos, bem como nos diferentes segmentos sociais, sendo que a cultura, a religião e os meios materiais de produção nos ensinam a respeito das relações éticas entre os homens e a natureza.

## 2. O Papel do Psicólogo

De acordo com Figueiredo (1996), a partir de estudos arqueológicos e antropológicos, encontramos uma Ética coesiva nas sociedades primitivas. Esses povos mantinham um forte contato com a natureza e a vida primitiva abrigava, em sua “*Ethos*”, a natureza miticamente interpretada. Nessas sociedades, a ordem e a organização social confundiam-se e a individualidade era nula; ou seja, eximiam os indivíduos de qualquer esforço reflexivo em torno do que fazer e de como fazer; a Ética centrava-se no coletivo e todos tinham de produzir e compartilhar, igualmente, deste produto. Todos os homens eram obrigados a lutar e proteger o clã contra invasores.

Nas sociedades greco-romanas, predominava o que Figueiredo (1996) define como Ética da excelência. Nesse período, os homens ainda mantinham uma relação arraigada com a natureza, na qual os fenômenos eram interpretados como vontade dos deuses. Os indivíduos eram chamados a se autodominar e a se superar na direção de um modelo de excelência, por exemplo: dos heróis da Mitologia, pois cada herói tipificava a perfeição no exercício de um papel, como a perfeição da sabedoria, da coragem, da força e de outros nobres atributos humanos. O sujeito ético deveria administrar bem sua casa, sua saúde e seus bens. Tal herança se mantém, no que se refere a ser ético em alguns sistemas sociais.

Com as invasões bárbaras e a queda do Império Romano, a civilização greco-romana chega ao fim e um novo ciclo social se inicia. A Igreja Católica passa a



monopolizar o poder. A economia citadina é substituída pela agrária e a felicidade passa a ser um projeto extraterreno. As leis são definidas pelos senhores feudais e pela Igreja, que determinavam a Ética e a Moral. A Igreja, também, valia-se do poder para explicar os fenômenos naturais, de modo que outras interpretações não eram permitidas (D'ONÓFRIO, 2005). Nesse período, pode ser observado, segundo o mesmo autor, que as noções de pecado e de castigo passam a dominar o pensamento social, servindo de instrumento de controle do Cristianismo.

Segundo Figueiredo (1996), no início do Capitalismo, o homem passa a exercer melhor sua autonomia e a razão passa a ser praticada. Contudo, com a industrialização e a expansão da tecnologia, a Ética passa por um processo de transformação tornando-se pragmática, de modo a estabelecer-se conforme as necessidades capitais. Com isso, deixa de proteger os indivíduos, tirando-lhes a segurança, deixando-os à mercê da fome e do desemprego.

A Ética da excelência, que se mantém no ideário burguês, no qual, os pais são exemplos a serem seguidos e os indivíduos reconhecem seus papéis, começa a ruir devido a uma fragilização das identidades posicionais e a crescente individualização do homem, que já não encontra mais exemplos de excelência, assim como não encontra proteção. A proposta ética primária de proteger, dar conforto e proporcionar crescimento aos homens foi substituída por uma competitividade de mercado, que inviabiliza os cuidados com o próximo, a tornando, assim, regra de convivência meramente funcional (FIGUEIREDO, 1996).

Nesse sentido, Marx (1844/ 1987) pontua o declínio da existência humana; o trabalhador perde seu valor na medida em que a manipulação da matéria prima e dos meios de produção são alienados do conhecimento do homem; os indivíduos tornam-se meras mercadorias, ao passo que a ideologia liberal prega que os direitos e as possibilidades são iguais para todos.

Inicia-se assim a ética de si mesmo: os homens passam a constituir seus próprios valores e sua própria morada; e, ainda assim, estão desabrigados pelo fato de que a Política e a Ética submetem o particular às necessidades sociais e a autonomia se restringe, não podendo ultrapassar os limites dos interesses sociais (CROCHÍK, 1999). O autor acrescenta que o contrato burguês dificulta a execução



política, bem como gera um cenário de corrupção e desigualdade social. Os padrões de produção e de qualidade de vida universalizam-se, deixando de fora aqueles que não podem consumir, tornando a globalização uma ilusão. Os produtos não são guiados pelas necessidades humanas, mas sim pelo interesse do capital.

Crochík (1999) afirma que a propriedade privada surge como justificativa para a dominação e a divisão do trabalho. Admitindo-se que todos têm livre acesso às posses, a ideologia predomina na vida das pessoas, neste sentido. Segundo Patto (1987), os aparelhos ideológicos do Estado disseminam a idéia de que todos os indivíduos podem ascender socialmente e se isso não ocorre, a culpa é, unicamente, do indivíduo.

Com base nessa breve explanação histórica e atual do contexto social, é necessário refletir sobre o compromisso da Psicologia com a sociedade e os impasses que circunscrevem o pensamento ético e político da contemporaneidade, bem como os questionamentos que têm sido dirigidos às ciências, de modo geral, e, em especial, à Psicologia (LASTÓRIA, 2004).

Segundo Lastória (2004), a importância da Ética cresce à medida que a sociedade valoriza a individualidade e a racionalidade instrumental, ao mesmo tempo em que não conseguem atender, de maneira satisfatória, os direitos humanos. O mesmo autor comenta alguns dilemas gerados pela Ciência e a Tecnologia, por exemplo: a Engenharia Genética, a degradação ecológica, os movimentos sociais reivindicatórios pelos direitos trabalhistas e humanos, e a corrupção em que os governos estão envolvidos. Segundo Romaro (2006), as profissões, de modo geral, constituem-se a partir de um conjunto de práticas, norteadas por elevados padrões técnicos e de normas éticas que buscam responder às necessidades sociais a que se propõem. Assim sendo, cada profissão deve refletir seu compromisso ético em sua práxis, responsabilizando o profissional pelas implicações isoladas e coletivas de suas ações. Os Códigos de Ética não são apenas leis fixas e imutáveis, mas, sim, princípios norteadores que correspondem às necessidades da sociedade, bem como ao compromisso da profissão frente à mesma.



De acordo com Checchia e Souza (2003), a Psicologia foi regulamentada no Brasil em 1962 e, desde então, a profissão foi se ampliando; antes disso, a Psicologia aplicada já possuía uma História, que influenciou os cursos de formação e a própria profissão. Nesse processo, os cursos de formação constituíram-se nos moldes do liberalismo, que valorizava o emprego de técnicas e atendimentos individuais. Os autores afirmam que o Regime Militar encontrou na Psicologia um forte aliado para controlar a população e disseminar a ideologia de adaptação do indivíduo à sociedade.

No âmbito escolar, o profissional emite laudos técnicos que confirmam a incapacidade intelectual das crianças, aumentando o fracasso escolar; proliferam ideologias patologizantes, afirmando que se o indivíduo não se adapta à escola é porque é deficiente. Segundo Patto (1987), a Psicologia tem se ocupado de diagnosticar supostas deficiências psicológicas do marginalizado, por meio de seu poder científico, contribuindo para a exclusão de classes; ou, então, vale-se de técnicas de motivação e de manipulação da aprendizagem para aumentar a eficiência do ensino, sem, ao menos, refletir que tipo de conteúdo está sendo transmitido ao aluno.

A Psicologia não apenas sucumbe à alienação e à dominação, como, também, se perde na responsabilidade de zelar pela sua própria imagem, deixando que a negligência acarrete a banalização da profissão e do profissional, como é o caso dos testes psicológicos. O Psicólogo deve zelar pelos instrumentos privados de avaliação, seja na divulgação dos resultados de testes psicológicos, na aquisição do material ou, mesmo, na guarda dos instrumentos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005). Mas, segundo Romaro (2006), existem cursos de especialização para profissionais de diferentes áreas, que se utilizam de instrumentos psicológicos, indiscriminadamente, cujos materiais, deveriam ser exclusividade da profissão. A autora salienta, ainda, que muitos desses cursos são ministrados por psicólogos.

Conforme Crochík (1999), se a formação profissional não foi capaz de formar um profissional crítico, ao menos poderiam ser revistos os cursos de graduação para que estes fossem atualizados e os próprios psicólogos tivessem como compromisso



ético estar sempre se atualizando e buscando novos conhecimentos, para promover o bem-estar, a emancipação social e exercício adequado da profissão.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À vista do exposto consideramos que a Psicologia deve se tornar crítica de si mesma, para que, dessa forma, possa assumir o seu papel de responsabilidade social, cultural e política, e vir a ser, realmente, emancipatória, pois “*considerar valores de forma metodologicamente obrigatória não é o mesmo que refletir sobre eles desde um substrato axiológico-normativo tornando explícito*” (LASTÓRIA, 2004, p, 115); ou seja, a criticidade do profissional de Psicologia e seu comprometimento com a profissão estão acima de regulamentações ou regimentos obrigatórios. O profissional deve ser consciente da pressão do Capitalismo e não deve sucumbir à mesma; embora, na sociedade brasileira, as dificuldades e impasses financeiros e burocráticos, muitas vezes, contribuam para um exercício da Psicologia em condições desfavoráveis, em que profissionais estão, muitas vezes, mais preocupados com sua sobrevivência no mercado de trabalho do que com sua prática ética.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

CHECCHIA, A. K. A; SOUZA, M. P. R. de. Queixa escolar e atuação profissional: apontamentos para a formação de psicólogos. In: \_\_\_\_\_. **Psicologia escolar: teorias críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003, p. 105-137.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 010/2005**, de 27 de agosto de 2005. Aprova o Código de Ética Profissional dos Psicólogos. Brasília, DF, 2005.

CROCHÍK, J. L. Notas sobre a formação ética e política do psicólogo. **Psicologia e Sociedade**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 27-51, 1999.

D'ONÓFRIO, S. **Pequena enciclopédia da cultura ocidental: o saber indispensável, os mitos eternos**. Rio de Janeiro: Campus 2005.



FERREIRA, A. B. de H. **Miniaurélio século XXI escolar**: O minidicionário da língua portuguesa. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FIGUEIREDO, L. C. **Revisitando as psicologias**: da Epistemologia à Ética nas práticas e discursos psicológicos. São Paulo: EDUC; Petrópolis: Vozes, 1995.

LASTÓRIA, L. A. C. N. **Psicologia sem Ética?** Uma reflexão histórica e filosófica da psicologia. Piracicaba: Unimep, 2004.

MARX, K. Primeiro manuscrito: o trabalho alienado. In: \_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos**, Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p. 89-102.

PATTO, M. H. S. Psicologia e classes subalternas. In: \_\_\_\_\_ **Psicologia e Ideologia**: uma introdução crítica a psicologia escolar. São Paulo: Queroz. 1987, p. 113-159.

ROMARO, R. A. **Ética na Psicologia**. Petrópolis: Vozes, 2006.

